

ARI CUNHA

Visto, Lido e Ouvido

Extingue-se o Cauma e se cria novo Conselho

Ontem foi a última reunião do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) do Governo do Distrito Federal. A sua extinção deve-se à aprovação, pela Câmara Legislativa, do Plano de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, que cria o Conselho de Planejamento Territorial do Distrito Federal.

O Cauma teve uma grande atuação em Brasília, quando era somente o CAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Eram poucos conselheiros, todos com serviços prestados à comunidade, e, a princípio, sem remuneração, passando, depois, a um pequeno jeton.

Os assuntos eram resolvidos com pouca gente, exatamente para se evitar a presença do *lobby*, mormente pelo fato de Brasília ser uma taba com mais caciques do que índios. Assim, o Conselho prestou grandes serviços desde 1961.

Quando assumiu o Governo, José Aparecido de Oliveira aumentou o CAU, passando a opinar, também, sobre Meio Ambiente, transformando-se num colegiado enorme, que não deixa de ter também prestado serviços, mas foi mais suscetível de aprovar ou rejeitar os projetos interessantes ao governador. É que o número de membros dificultou de tal forma o estudo detalhado dos processos, que a vontade do governo sempre prevalecia.

Agora extinto, o Cauma deixa uma grande folha de serviços prestados, porque foi no começo de suas atividades, logo depois de Jânio Quadros, que ele sofreu mais fortemente a influência dos novos governos que se sucederam, e todos queriam alterar as linhas do Plano Piloto e usar suas terras em benefício da especulação imobiliária. Assim, desaparece um órgão de grande repercussão na vida da cidade, e que o novo tenha pelo menos o mesmo desempenho mostrado pelos profissionais que ocuparam os cargos anteriores.